

RODA DE CONVERSA - AVALIAÇÃO EM SAÚDE

EVIDÊNCIAS QUE APOIAM A TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICAS POR SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Fernanda Vianna (nanda_vianna@hotmail.com)

Luciane Cruz Lopes (luciane.lopes@prof.uniso.br)

Alan Maicon De Oliveira (alanoliveira@usp.br)

Ana Carolina Figueiredo Modesto (acfigueiredo@ufg.br)

Jorge Otávio Maia Barreto (jorgeomaia@hotmail.com)

Marilia Mastrocolla De Almeida Cardoso (marilia.cardoso@unesp.br)

Silvio Barberato Filho (silvio.barberato@prof.uniso.br)

Cristiane De Cássia Bergamaschi (cristiane.motta@prof.uniso.br)

O uso de evidências científicas é fundamental para orientar políticas de saúde mais eficazes frente à escassez de recursos e à complexidade dos problemas. Contudo, o conceito de evidência é amplo e varia conforme o contexto político. Estudos indicam que decisões em saúde ainda são mais guiadas por interesses institucionais do que por dados científicos, revelando limitações em seu uso no processo decisório. Este estudo identificou e analisou os tipos de evidências que apoiam a tomada de decisão em políticas de saúde, pelas secretarias municipais pertencentes ao Departamento Regional de Saúde de Sorocaba XVI (DRS XVI). Este estudo transversal realizou abordagem com entrevista online, seguindo um roteiro semiestruturado baseado nas ferramentas “Is research working for you? A self-assessment tool” e Rapid

Evidence-Support System Assessment (RESSA), adaptadas ao contexto local. Os entrevistados foram representantes das secretarias de saúde que atuam em setores envolvidos na implementação e/ou adaptações de ações e programas e subsidiam a tomada de decisão em políticas públicas. As entrevistas foram gravadas mediante consentimento, transcritas e tiveram duração média de 52 minutos. Dados foram descritos por frequências absolutas e relativas e respostas abertas foram submetidas à análise de conteúdo temática. Participaram das entrevistas 21 (43,7%) dos 48 municípios pertencentes a DRS-XVI, totalizando 25 participantes. A maioria era enfermeiro (64,0%), atuava no setor por até 5 anos (80,0%) e possuía curso de pós-graduação lato sensu (56,0%). Os setores de atuação foram principalmente vigilância epidemiológica (32,0%) e atenção básica (24,0%). Os principais tipos de evidências utilizadas para tomada de decisão foram leis e decretos (100,0%); notas técnicas e recomendações de agências sanitárias (96,0%); experiência pessoal, consulta de colegas e boas práticas e iniciativas de municípios e estados (88,0%); e artigos científicos e livros (60,0%). Observou-se uso limitado de evidências científicas pelas secretarias municipais de saúde o que pode comprometer a tomada de decisão informada e a efetividade das políticas públicas implementadas. Superar as barreiras e limitações que dificultam a incorporação das evidências científicas nas decisões em saúde pode contribuir para fortalecer a cultura do uso de evidências na gestão pública.

Aspectos éticos. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 82105024.8.0000.5500); todos os participantes assinaram TCLE em formato digital.

Palavras-chave: políticas em saúde; política informada por evidências; estudo transversal.